

lo que, conforme os exemplos de interpretação que mencionamos, constitui o estilo característico da reflexão kantiana.

Essa escolha não surpreenderá quem ler o ensaio “Kant e a ‘Época da Crítica’”, que, precedendo os verbetes, abre o volume. O texto desenvolve-se a partir do entrecruzamento de aspectos biográficos, culturais e políticos que cercaram a carreira do autor da *Crítica da razão pura*, enraizando suas opções filosóficas nas circunstâncias de sua produção e, sobretudo, de sua enunciação. Tal privilégio advém do tino histórico de Caygill, que, buscando sempre reinscrever Kant no programa de emancipação que foi a *Aufklärung*, segue as estratégias mobilizadas por ele a fim de levar adiante um processo que, em realidade, foi menos pacífico do que pode parecer a nosso olhar retrospectivo. Prova disso é o retrocesso que a ascensão de Frederico Guilherme II em 1786 representou para o uso público da razão, o qual, três anos antes, tivera sido saudado por Kant como base suficiente para a progressiva autonomia do gênero humano. Por referência a essas vicissitudes, Caygill aproxima-se de intérpretes – pense-se, por exemplo, em Domenico Lossurdo ou André Tosel – que, chamando a atenção para a existência de uma retórica subjacente à redação kantiana, nos advertiram sobre os riscos de transpor para a superfície de um tempo lógico e de uma filosofia sem mundo a letra de um texto impregnado por sua época. O que se traduz, aqui, na precaução de reaver, sob as diversas modalidades de leitura exigidas pelos textos de Kant, o destinatário a que se dirigem e o circuito – alargado, público letrado, privado – em que se inserem. É nada menos

que o tipo de unidade admitida por uma filosofia que atua em várias frentes o que se vê, dessa feita, concernido, o que não poderia deixar de repercutir no comentário dos termos averbados, pautado que é pela convicção de que os conceitos postos em circulação por Kant, embora não almejem o mesmo estatuto, se articulam entre si a partir dos imperativos da crítica.

O leitor encontrará na edição brasileira do *Dicionário Kant* uma tradução cuidada, no geral pautada pelo bom senso de buscar nas obras de Kant já traduzidas para o português as soluções mais adequadas para a terminologia técnica inerente a esse projeto. Certamente foi decisiva, neste sentido, a revisão técnica de Valério Rohden, que, como é sabido, além de tradutor da *Crítica da razão pura* (em parceria com Udo Moosburger) e da *Faculdade da Crítica do Juízo* (com Antonio Marques), dedica-se há anos com exemplar competência à interpretação e comentário da obra de Kant. Nem sempre, porém, o critério mencionado acima prevaleceu, o tradutor tendo sido, vez ou outra, mais fiel ao inglês do que ao alemão já aportuguesado pelas traduções existentes das obras kantianas. É o que ocorre, por exemplo, com a tradução de *Erscheinung* por *aparência* (em inglês, *appearance*), ou de *Triebfeder* por *incentivo*. Tudo somado, fato é que não cabe senão saudar a iniciativa da Jorge Zahar Editor que, com a publicação do *Dicionário Kant*, de Caygill, dá um passo significativo não apenas para a vernaculização da filosofia kantiana entre nós, como também para a difusão desta última a um público mais amplo que o formado pelos especialistas.

Doris Vera Hofmann, *Gewißheit des Fürwahrhaltens. Zur Bedeutung der Wahrheit im Fluß des Lebens nach Kant und Wittgenstein*, Quellen und Studien zur Philosophie, Band 49, Walter de Gruyter, Berlin, New York, 2000, 277 pp.

Nuno Venturinha

Bolseiro doutorando da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Membro do Instituto de Filosofia da Linguagem da Universidade Nova de Lisboa

*Gewißheit des Fürwahrhaltens. Zur Bedeutung der Wahrheit im Fluß des Lebens nach Kant und Wittgenstein (Certeza do ter-por-verdadeiro. Para o significado da verdade no fluxo da vida segundo Kant e Wittgenstein)* de Doris Vera Hofmann constitui uma contribuição notável para os estudos kantianos e wittgensteinianos e, fundamentalmente, para uma compreensão da problemática da verdade em geral. Efectivamente, esta obra não é, tal como a autora o explicita, um comentário comparativo “histórico-filológico” [p. 5], mas uma investigação que, tendo como base os *corpora philosophica* destes dois pensadores, tem por fito indagar estruturas basilares dessa “noção-problema” (*sc.* verdade), na expectativa de que um confronto crítico entre Kant e Wittgenstein<sup>1</sup>, a despeito da aparente distância especulativa que os separa [Cf., nomeadamente, pp. 1, 8, 9], permita uma “problematização” desse complexo temático, a partir de cuja

direcção se poderá extrair uma síntese relativamente a esse domínio aporético.

Hofmann começa por determinar o âmbito de sentido no qual compreende o conceito de verdade, dependendo este de um carácter “prático” e não “teorético”; *i. e.*, ao invés de se constituir como o limite positivo de uma relação cognitiva que tem como limite negativo a “falsidade” (como o produto de um “saber”), este labora como *fundação* de todas as operações empíricas, como *directriz da praxis* [p. 1; cf. p. 2]. Precisamente, trata-se neste estudo de considerar “a dimensão prática da filosofia ‘teorética’” kantiana e wittgensteiniana [p. 4; cf. p. 5], sendo o objectivo da autora “uma crítica do saber a partir do princípio do primado do prático (*Praktisch*)”, recorrendo, para “mote”, à identificação do *lógoV* feita por Goethe num passo do *Faust* (I), citado por Wittgenstein no *Über Gewißheit* (402): “...und schreib getrost: ‘Im Anfang war die Tat.’” [p. 10 e p. 182; cf. pp. 7, 103, 127, 137, 152]

A obra colocada por nós sob foco analítico encontra-se organizada em dezasseis capítulos, subdivididos por vezes em vários pontos. O primeiro desses capítulos (“Das Hypnotikum Wahrheit”) apoia-se, sobretudo, em dois textos de Kant, *Von einem neuerdings erhobenen vornehmen Ton in der Philosophie e Verkündigung des nahen Abschlusses eines Tractats zum ewigen Frieden in der Philosophie*, ambos de 1796 [Cf. pp. 12-16], a partir dos quais Hofmann estuda a tendência generalizada da tradição fi-

<sup>1</sup> Na opinião de Hofmann, é o livro de Erik Stenius *Wittgenstein's Tractatus. A Critical Exposition of the Main Lines of Thought* de 1960 (consultado pela autora na edição da Cornell University Press, Ithaca, New York, 1960 e por nós em Thoemmes Press, Bristol, 1996) que no seu

capítulo XI, “Wittgenstein as a Kantian Philosopher”, pp. 214-226, inaugura o programa de investigação Wittgenstein-Kant [Cf. p. 5, nota 7]. Importantes referências bibliográficas concernentes aos trabalhos que se desenvolveram posteriormente são fornecidas subsequentemente [Cf. p. 5, nota 8].

losófica ocidental para o alcance da verdade entendida como um “fim”, na expressão de Nietzsche [p. 11; cf. pp. 12, 13]. É a procura de uma satisfação no plano do conhecimento, inelutavelmente ligado à estrutura praxica, que motiva o “filosofar” – e é nessa medida que a filosofia é interpretada em muitos escritos kantianos e wittgensteinianos como uma actividade “terapêutica” [pp. 14, 17, 26, nota 51; cf. ainda pp. 103, 127]. O que está em causa é uma circunspeção da nossa posição cognoscitiva, numa determinação *factual e jurídica*. Torna-se assim possível perceber o *terminus a quo* do projecto crítico iniciado por Kant alguns anos antes da redacção desses trabalhos. Este tem em vista uma ruptura com o dogmatismo, natural ou filosófico, pois aquilo que cumpre é uma delimitação do nosso acesso, por forma a que tenhamos um esclarecimento efectivo da situação em que nos encontramos na vida [Cf. pp. 16, 17, 27, 127, 174].

No segundo capítulo, intitulado “Kritik als Ernüchterungskur”, a autora reflecte sobre o cepticismo, enquanto modelo histórico antitético do dogmatismo, clarificando a ideia de que, tal como mostra a explanação kantiana, particularmente na *Kritik der reinen Vernunft* e em muitas *Reflexionen*, a atitude céptica é dogmática porque não dispõe de uma fundamentação para outorgar essa “incerteza” (*Ungewibheit*) [p. 19]. Se por um lado o “abandono” céptico pode consubstanciar-se como uma “cura” para as aporias da razão, por outro lado ele corresponde a uma fixação inextinguível. Embora o “método céptico” seja basilar para realizar uma rotura com

2 Algumas páginas antes, Jäsche havia já registrado a oposição que Kant estabelece entre *suspensio iudicii indagatoria* e *suspensio iudicii*

o dogmatismo, existe uma distinção essencial entre cepticismo e “método céptico” [p. 19]. Diz Hofmann, referindo uma passagem da *Logik Jäsche* (84): “O último não é nenhuma resignação definitiva, mas uma simples ‘suspensão do julgar’...” [pp. 19, 20]<sup>2</sup> Com efeito, é a perseguição de um espaço de sentido em que se promova uma certeza que orienta a “crítica do conhecimento” [p. 20]. Por isso, a tematização de Kant, através do “método crítico”, situa-se numa plataforma que, *primo*, tende para uma resolução *fundamentada* e, *secundo*, tem como escopo absoluto uma resolução pragmática (e moral) [Cf. pp. 22, 127, 163]. A “crítica do saber” [p. 22] é dirigida para uma “demarcação” (*Beschränkung*), que se possa constituir como “ciência”, mas de tal maneira que se intente, *tout court*, uma sustentação da razão [p. 23; cf. pp. 24, 174-176]. É uma reflexão em torno dos “modos do ter-por-verdadeiro” (*Fürwahrhalten*)<sup>3</sup> [p. 24 e ss.], de uma possibilidade de certeza alternativa ao “saber” (à “certeza lógica” (*logische Gewibheit*)) [pp. 132, 133], que permite ultrapassar o fundo problemático que é aberto pelo próprio desenvolvimento crítico, superando o negativismo céptico e reformulando “a pergunta pelo valor do conhecimento” [p. 25].

Após situar a sua interpretação, tendo como elemento catalisador o pensamento kantiano, a autora passa a considerar no terceiro capítulo, que tem por título “Wahrheit und Sinn im Tractatus”, a concepção filosófica matricial de Wittgenstein. A admissão de um “projecto crítico” wittgensteiniano, como “crítica

*sceptica* (74) ou, se se preferir, entre colocação de um juízo *in suspensio* e *in dubio* (75).

da linguagem”, permite efectuar, desde logo, um primeiro paralelismo entre os dois autores [pp. 26, 27]. É indubitável que a procura de uma “linha delimitante” do conhecimento é algo que, sob diferentes matizes, perpassa a preocupação de ambos. A estratégia de Hofmann constitui-se, então, numa exposição da compreensão presente no *Tractatus*, onde é a formalidade proposicional que preside à determinação (lógica) da verdade ou falsidade [Cf. pp. 31-36], revelando essa metodologia os limites da linguagem, assim entendida, e, por consequência, do sujeito que acede ao mundo [Cf. pp. 38, 39]. O que interessa à autora é a problemática clássica do “acordo” ou “adequação” (*Übereinstimmung* ou *adaequatio*) [Cf., principalmente, pp. 31-33, 36, 37, 250], radicalizando a posição do “primeiro Wittgenstein”.

Uma análise dos elementos que intervêm na “possibilidade do conhecimento” [p. 40; cf. p. 43], suscitada pela “tese” wittgensteiniana do *Tractatus* que oferece o título ao quarto capítulo desta obra (“Die Wirklichkeit, so wie wir sie

3 Traduzimos o substantivo neutro *Fürwahrhalten* através desta forma perifrástica por várias razões. Este conceito desempenha um papel fundamental na *Kritik der reinen Vernunft*, concretamente na “transzendente Methodenlehre”; “2. Hauptstück, Der kanon der reinen Vernunft”, “3. Abschnitt, Vom Meinen, Wissen und Glauben” (B848/A820-B859/A831), assumindo, de todo em todo, uma função central na filosofia kantiana; a sua tematização na *Logik Jäsche* (IX, X, 65-87) é apenas um exemplo claro. Atendendo a várias traduções encontramos duas opções de tradução, em termos gerais: os tradutores portugueses seguem A. Tremesaygues e B. Pacaud, bem como Jules Barni, traduzindo o termo em questão por “crença”, justapondo-lhe entre parêntesis “o considerar algo verdadeiro” (*Crítica da Razão Pura*, tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Introdução e Notas de Alexandre Fradique Morujão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa,

uns denken’”) e elaborada com base na inquirição de Kant (essencialmente do seu *opus magnum*), permite a Hofmann reflectir sobre variados pontos, entre os quais, “pensamento e reconhecimento” [pp. 41-44], “juízos e categorias” [pp. 51-55] e “imaginação (ou faculdade da imaginação) (*Einbildungskraft*) e objectividade (*Objektivität*)” [pp. 55-59]. O esforço deste exame põe em destaque que para a posição kantiana “a investigação da questão da verdade conduz, primeiramente, à função lógica dos juízos” [p. 42], quer dizer, o “ter-por-verdadeiro” equivale, em Kant, a uma relação modal que o pensamento em geral estabelece com os objectos dados [Cf. pp. 42, 43], por intermédio das respectivas categorias ou conceitos puros do entendimento [Cf. p. 51], designadamente, possibilidade – impossibilidade, existência – não-existência, necessidade – contingência [Cf. p. 43], ou seja, estes princípios subjectivos, que se formulam numa *cópula*, englobam “cada juízo determinado quantitativamente, qualitativamente

1994 (1985), p. 649 e ss.); na verdade, esses autores optam, respectivamente, por “*croissance*”, apenas, indicando entre parêntesis o termo alemão (*Critique de la raison pure*, traduction française avec notes par A. Tremesaygues et B. Pacaud, Préface de Ch. Serres, PUF, Paris, 1975 (1944), p. 551 e ss.), e por “*tenir quelque chose pour vrai*”, acrescentando entre parêntesis “*croissance*” (*Critique de la raison pure*, traduction de Jules Barni, revue par P. Archambault, chronologie, présentation et bibliographie de Bernard Rousset, Garnier-Flammarion, Paris, 1976, p. 611 e ss.); outra hipótese é apresentada pelos tradutores ingleses, não utilizando “crença” mas, somente, “*the holding of a thing to be true*” ou “*holding for true*” (*Critique of Pure Reason*, translated by J. M. D. Meiklejohn, Introduction by A. D. Lindsay, J. M. Dent, London, 1979 (1934 na J. M. Dent, 1855), p. 465 e ss.) ou “*taking something to be true*” ou “*taking to be true*” (*Critique of Pure Reason*, translated and edited by Paul Guyer and Allen

e relacionamente” sob um carácter de modalidade, que pode ser “problemático” (“opinar”), “assertórico” (“crer”) ou “apodíctico” (“saber”) [p. 43; cf. p. 205]. Escreve a autora: “Para a verdade formal dentro dos limites da lógica está [a pergunta pela verdade] rapidamente respondida.” [p. 44] Contudo, “a pergunta pela verdade material” não é satisfeita com esta explicação [p. 44]. *In fine*, o que está em jogo é uma avaliação da “viragem ou revolução copernicana” kantiana, da inflexão problemática a si inerente. É nesse sentido que Hofmann articula uma contextura conceptual conducente a uma anfíbolia da representação [Cf. pp. 48, 49, 52] (focada na sua variante projectante de teor de verdade, na sua variante modal e não em relação ao conteúdo fenoménico que comporta, que se mantém “incólume”). São especialmente interessantes as páginas dedicadas ao problema do esquematismo [Cf., mormente, pp. 56, 57].

A partir daqui assistimos a um entrelaçamento das posições de Kant e Wittgenstein em ordem a uma solução

dos problemas encontrados. Nesse sentido, a autora passa a tematizar nos capítulos V (“Vom Tractatus zur Spätphilosophie”), VI (“Von der Logik zur Grammatik”) e VII (“Die Praxis der Grammatik”) a *transição* que se evidencia no pensamento wittgensteiniano em 1929, a qual se elabora em torno da passagem da “pesquisa lógica” para a “pesquisa gramatical” [p. 25]. Esta rotação compreensiva viabiliza uma possibilidade alternativa de apreensão do conceito de verdade, privilegiando a sua índole prática, que é a perseguida por Hofmann. Se no *Tractatus* é a forma lógica que constitui “a possibilidade de sentido e verdade” [p. 62; cf. p. 61], aquilo que se encontra na segunda filosofia de Wittgenstein é uma capacitação bem diferente da linguagem e da sua relação com a realidade [Cf. pp. 63, 64]. É um “acordo” distinto, proporcionado por estruturas como, por exemplo, a da “expectativa” (*Erwartung*), em correlação com a do “acontecimento” (*Ereignis*) [pp. 65, 68], na sua permeabilidade à “publicidade” – “qua-

importante, como a única possibilidade de sentido “válida” que o humano tem perante a insuficiência da “opinião” e o colapso do “saber”; 2) na filosofia de Wittgenstein o conceito de “crença” (*Glaube*) corresponde, inteiramente, a esses dois aspectos, sendo esse o *Leitmotiv* da interpretação comparativa dos dois autores. Assim sendo, não podemos traduzir *Fürwahrhalten* por “crença”, reservando “fé” para *Glaube*, como fazem os tradutores portugueses e franceses (*foi*) (Cf. nota d, p. 687 da tradução inglesa de 1998, citada *supra*), porque aquilo que está em jogo é o próprio movimento do conceito de “crença” (*Glaube*) no horizonte do “ter-por-verdadeiro”. Note-se ainda que a característica essencial do primeiro aspecto da “crença” (a) é o facto de esta não ser *esclarecida* nem *voluntária*, em contraposição à “fé” (b). Cf., adicionalmente, a título de exemplo, uma formulação wittgensteiniana no *Über Gewibheit* (172) em relação ao conceito de

lidade do que é público” – (*Öffentlichkeit*) [Cf., preferencialmente, pp. 2, 97, 146-148, 213-215, 221 (*Publizität*), 250, 264], que está no eixo dessa “nova filosofia”. O que se intenta é uma “objectividade”, passível de se constituir mediante uma recondução da gramática da nossa linguagem ao seu “uso” (*Gebrauch*) [Cf., sobretudo, pp. 69-71, 79]. É nessa medida que a autora considera na “prática da linguagem” vários pontos, dos quais destacamos “a ‘autonomia’ da gramática” [pp. 72-74], “a gramática como jogo” [pp. 75-81], “a transformação da gramática” [pp. 81-90], “o exterior da linguagem” [pp. 96-101] e “a necessidade da gramática” [pp. 101-109]. É neste último que Hofmann, fazendo referência à noção de regra no contexto da *teoria* dos jogos de linguagem, mostra que a compreensão do sentido “não é verdadeiramente fundada teoreticamente, mas praticamente”, de tal modo que “a série da argumentação (*Begründungskette*) descobre o seu fim na prática (*Praxis*), e isso significa para Wittgenstein, no domínio dos costumes (*Gepflogenheiten*), hábito (*Gewohnheit*) e adestramento (*Abrihtung*)” [p. 103; cf. pp. 108, 109]. É a *mecanicidade* ou *automaticidade* da acção que possibilita uma outra intuição do problema do “acordo”, permitindo assim reformular o conceito de verdade [Cf. pp. 105-109].

Nos dois capítulos seguintes (“Fürwahrhalten als Ausdruck subjektiver Geltung” e “Der Begriff des Fürwahrhaltens”) a autora promove o retorno a Kant, indagando a maneira como a delimitação da projecção cognoscitiva – na sua anfíbolia modal – pode veicular uma

*Fürwahrhalten*, que é usado enquanto tal por Kant: “Vielleicht sagt man ‘Es muß doch ein Prinzip diesem Vertrauen zugrunde liegen’, aber

“hipostasiação” prática (afinal, um *esclarecimento* da naturalidade dessa e consequente *conformação*) [Cf. p. 97]. Nesta fase da investigação, Hofmann explora a preocupação eminentemente prática da filosofia kantiana, analisando, em detalhe, o horizonte conceptual que determina a fonte de sentido de toda a sua especulação: a terceira secção (“Vom Meinem, Wissen und Glauben”) do segundo capítulo (“Der Kanon der reinen Vernunft”) da “transzendentaler Methodenlehre” da *Kritik der reinen Vernunft*, “paralela” ao nono capítulo da *Logik Jäsche*<sup>4</sup>. A noção de “crença” apresenta-se nesses textos como possibilidade possibilitante de uma redefinição do humano, devendo ser uma “dimensão moral” (*sittliche Dimension*) a sustentar o “ter-por-verdadeiro” [Cf. p. 137]. Precisamente, o que está implicado na noção de “crença” é uma “certeza prática” (*praktische Gewibheit*), que se opõe a uma “certeza teórica” (*theoretische Gewibheit*) [p. 157]. Note-se, todavia, que a resolutividade que Kant encontra na primeira Crítica (e, por extensão, na segunda Crítica) corresponde a uma “obrigação”, a uma *consequentia* da investigação, modelação que se altera na *Kritik der Urteilskraft*, onde o “constrangimento” que a natureza exerce sobre o sujeito pode produzir uma outra “moralidade” (*Sittlichkeit*) – determinada como liberdade da singularidade, como adopção do *efeito* que se produz em nós.

O décimo capítulo (“Über Gewibheit bei Wittgensteins”) recupera as considerações efectuadas nos capítulos V, VI e VII e expõe “a certeza da crença” [pp. 183-194] e “o saber nos limites da simples crença” [pp. 194-200]. Apoiando-se no desenvolvimen-

*was kann so ein Prinzip leisten? Ist er mehr als ein Naturgesetz des ‘Fürwahrhaltens’?”* [Cf. p. 254] 4 Cf. nota anterior.

to analítico levado a cabo anteriormente em relação a Kant, a autora procura traçar as principais linhas de força que percorrem a filosofia do “segundo Wittgenstein” no que concerne à problemática da certeza. O enfoque prático wittgensteiniano, realizado, nomeadamente, no *Über Gewibheit*, mas também nas *Philosophische Untersuchungen*<sup>5</sup>, revela o conceito de “crença” como plataforma resolutive para “a pergunta pela verdade e certeza” [p. 183]. Diz Hofmann: “A crença é para Wittgenstein aquilo a partir do qual uma acção (*Handlung*) se orienta.” [pp. 183, 184] É a “certeza” proporcionada pela “crença” que produz o “saber”, excluindo-se, deste modo, qualquer possibilidade de dúvida<sup>6</sup>, ou seja, a rede de pressuposições que está no fundo da nossa vida quotidiana, a qual tende a ser compreendida como assente num “saber”, deve ser reconhecida como apoiada numa mera “crença”; porém, esse *património* de conhecimentos é o princípio de toda a nossa acção, o qual, por um lado, “atematicamente” funciona e, por outra parte, nunca pode ser posto em causa (*in dubio*), pois arrastaria consigo a vida enquanto tal. Esta reversibilidade do acesso está, *exceptis excipiendis*, ausente do senso comum, mas é preciso notar que a autora constrói a sua argumentação do ponto de vista de uma *resolutividade filosófica*. Sublinhe-se, no entanto, que a noção wittgensteiniana de “crença” deriva, em primeiro lugar, de uma atenção disponibilizada à disposição natural, podendo constituir-se qualquer coisa como uma “moralidade” – se nos é permitido designá-

la assim -, mas sendo esta similar àquela que notámos na terceira Crítica kantiana.

Os quatro capítulos subsequentes (“Die Frage nach dem Wahrheitskriterium”, “Die Funktion des Gemeinnsinns”, “Öffentlichkeit als Anwendung des äuberem Wahrheitskriteriums” e “Abrichtung und Ausrichtung der Urteils-kraft”) elucidam os problemas anteriormente trazidos à colação e encerram a reflexão de Hofmann acerca da proposta de Kant, debatendo, essencialmente, a “ficção heurística” que é o *sensus communis* [p. 210], tal como se apresenta na *Kritik der Urteils-kraft*, sendo essa a pedra de toque para a explanação da autora em torno da concepção de “publicidade” que perpassa esta sua obra. Refere Hofmann: “A publicidade é pois uma manifestação da idéia do sentido comum” [p. 213]. Esta “força ficcional do *sensus communis*” [p. 215] resulta num plano “antropológico e político-teleológico” [p. 213]. *De facto*, a negação do sentido é impraticável, constituindo-se “a incomunicabilidade (*Inkommunikabilität*) ou a loucura (*Verrücktheit*) como a fronteira do critério de verdade exterior” [p. 220]. Existe, desde sempre, um “pressuposto social” (*gesellschaftliche Voraussetzung*) [p. 221], uma “ordem social” (*gesellschaftliche Ordnung*) [p. 224], referente a partir do qual qualquer iniciativa dubitativa se inicia.

Os dois capítulos finais (“Vorstellbarkeit und Urteils-kraft” e “Wahrheit und Öffentlichkeit”) debruçam-se sobre Wittgenstein, abordando

cada um três pontos fulcrais: “a imaginação (*Imagination*) do universal no conceito: ver algo como algo” [pp. 231-237]; “significado (*Bedeutung*) e sentido (*Sinn*): usar algo assim” [pp. 238-244]; “seguir uma regra assim: utilizar algo como necessário” [pp. 244-249]; “o adestramento para a verdade” [pp. 250-254]; “imagem do mundo e forma de vida” [pp. 254-261]; “verdade e suas instituições” [pp. 261-264]. Destacamos a atenção dada pela autora ao conceito de “vivência” (*Erlebnis*) [Cf. pp. 231, 237, 242], cuja análise permite vislumbrar, entre outros aspectos, o modo verbal do “conjuntivo” como “a marca (*Eindruck*) da evidência (*Selbstverständlichkeit*)” [p. 245; cf. p. 246]. É uma “totalidade de juízos”, para empregar a expressão wittgensteiniana do *Über Gewibheit* (140), uma “complexa conexão de confluências”, que constitui a nossa vida, organizando-se esta numa “vontade de necessidade” (*Wille zur Notwendigkeit*) [p. 249]. Esse “sistema” [p. 254], essa síntese de compreensões, forma uma “harmonia prática” (*praktische Harmonie*) [p. 255], a “prática da vida” (*Lebenspraxis*) [p. 257], onde aquilo que é subjectivo adquire um carácter de suficiência objectiva [Cf. p. 258]. Este “adestramento” natural para o público [Cf. pp. 260, 261] torna a verdade de uma instância que se determina por oposição ao privado [Cf. p. 261], compreendendo Hofmann a “comunicabilidade” (*Kommunikabilität*) kantiana – numa clara inspiração habermasiana, fomentada pela leitura de *Der Strukturwandel der Öffentlichkeit*, uma das suas fontes literárias – como “processo de verdade da publi-

cidade” (*Wahrheitsprozeß der Öffentlichkeit*) [p. 262], tal como surge em Wittgenstein no “fluxo da vida”, para utilizar a formulação dos *Zettel* (173) [Cf. p. 264].

Podemos dizer em conclusão que *Gewibheit des Fürwahrhaltens. Zur Bedeutung der Wahrheit im Flub des Lebens nach Kant und Wittgenstein*, na sequência das investigações de Josef Simon, professor de Hofmann, se integra plenamente no conjunto das preocupações que fundamentam a filosofia da nossa contemporaneidade, assumindo uma importância acrescida por procurar conectar dois autores que estão, ao mesmo tempo, tão distantes e tão próximos, quer de si próprios, quer do nosso tempo presente. Permitimo-nos fazer, apenas, dois reparos: o primeiro tem que ver com o aprofundamento crítico da(s) problemática(s) que origina(m) a passagem para a argumentação que decididamente tem como objectivo a resolução de problemas – no caso de Wittgenstein, fruto de uma nova formulação gramatical – que, no nosso entender, é exiguo; para além deste apontamento, julgamos que ficou por examinar a extensão “moral” que se verifica na filosofia kantiana aquando do confronto com o problema da verdade, quer a considerada na *Kritik der reinen Vernunft* e na *Kritik der praktischen Vernunft*, quer a identificada na *Kritik der Urteils-kraft*; na realidade, poderia ser essa apreensão compreensiva o móbil para uma reflexão sobre a presença de algo desse género (sc. “moralidade”) no pensamento wittgensteiniano – na nossa opinião, como referimos, contígua à da terceira Crítica de Kant.

– Das kann ein Ausruf sein; aber was folgt daraus? Jedenfalls, daß ich mit einer Sicherheit, die den Zweifel nicht kennt, meinem Glauben gemäß handeln werde.” [Cf. p. 185]

5 Considere-se, por exemplo, *Philosophische Untersuchungen*, I, 474: “Daß mich das Feuer brennen wird, wenn ich die Hand hineinstecke: das ist Sicherheit. D. h., da sehen wir, was Sicherheit bedeutet. (Nicht nur, was das Wort ‘Sicherheit’

bedeutet, sondern auch, was es mit ihr auf sich hat.)” Atente-se à utilização do termo *Sicherheit* como sinónimo de *Gewißheit*, aspecto frequente no corpus wittgensteiniano. Cf. ainda *idem*, I, 325.

6 É suficientemente esclarecedor deste

complexo problemático um passo do *Über Gewibheit* (360) onde Wittgenstein escreve: “Ich WEISS, daß dies mein Fuß ist. Ich könnte keine Erfahrung als Beweis des Gegenteils anerkennen.